UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS EM TEORIA SOCIAL

Prof.ª Dr. DENISE SIMÕES RODRIGUES*

1 - INTRODUÇÃo

Gostaria de explicar meu ponto de partida sobre TEORIA SOCIAL E EDUCAÇÃO. Como socióloga, tenho enfatizado a análise dos fenômenos sociais em suas interfaces com a história, a política e a cultura. Meu olhar sobre a educação busca elucidar o desafio de trabalhar as relações interculturais presentes no interior da sociedade amazônica, e conscientemente mergulhar na subjetividade, buscando compreender como e de que forma são produzidos e legitimados os saberes presentes no cotidiano das comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas, indígenas e remanescentes de quilombos que constituem o mosaico de nossa estrutura sócio-cultural.

Para a realização dessa proposta torna-se essencial o debate multidisciplinar envolvendo abordagens teóricas da Filosofia, da Sociologia, da Literatura e da Linguística, privilegiando a sua interface com a educação. Foi para atender as necessidades desse debate que pensei em uma disciplina que oferecesse um panorama amplo o suficiente, do ponto de vista das teorias existentes sobre a sociedade e que possibilitasse o reconhecimento pelos alunos, das matrizes de suas propostas de análise de seus objetos de pesquisa.

Por outro lado, tendo em vista meu próprio interesse pela abordagem do imaginário e a construção das identidades culturais, estabeleci como eixos

---

* Doutora em Sociologia. Professora do Curso de Mestrado em Educação – CCSE/UEPA. Texto inicial e provisório para subsidiar debate em sala de aula. Circulação restrita.

paradigmáticos iniciais as análises referenciadas ora pelo consenso ora pelo conflito, entrelaçadas a questões cruciais sobre a escolha entre *objetividade* e a *subjetividade* na busca da validade científica das interpretações propostas. Estes esclarecimentos são necessários, pois é importante que se afirme mais uma vez que a propositura do conteúdo de uma disciplina também é demarcada pelos interesses e formação intelectual do professor.

A disciplina TEORIA SOCIAL então busca preencher algumas lacunas teóricas que em minha experiência como professora do Mestrado tive a oportunidade de constatar. Apresenta como proposta o estudo crítico de um conjunto de temas que se encontram entrelaçados à explicação teórica da sociedade e da educação. A intenção é examinar as diferentes abordagens sociológicas sobre a sociedade e a educação levando em conta os paradigmas clássicos do consenso e do conflito, e assim buscar entender as especificidades do processo educacional.

O conteúdo programático contempla uma rápida visita aos autores clássicos – Marx, Durkheim e Weber – e tenta incorporar os pontos mais importantes das abordagens consolidadas no século XX e abre o debate sobre os novos olhares proporcionados pela ênfase nos estudos culturais e do imaginário, tão presentes nos círculos acadêmicos nos últimos trinta anos, pretendendo também incorporar o debate crítico sobre autores latino-americanos mais recentes, que tratam sobre a herança colonial no processo educativo.

II - ABORDAGENS[1]

Desde os anos setenta do século XX observou-se o que se convencionou chamar de uma mudança paradigmática nas ciências sociais, como bem constatou François Dosse, tipificando como uma espécie de reconciliação entre as ciências Exatas, as ciências Humanas e a Filosofia.

> Essa mudança de configuração, essa mutação da paisagem intelectual, é antes de tudo uma tentativa de resposta a uma certa sensação de esgotamento do sentido da experiência

[1] Muitas ideias aqui apresentadas constituem contribuição da Profª. Doutora Maria Lúcia Melo e desenvolvidas com maior profundidade em obra a ser publicada em breve, intitulada Novas Abordagens Contemporâneas em Sociologia.

> histórica [...]. Diante da crise dos grandes paradigmas unitários (funcionalismo marxismo, estruturalismo) assim como, paralelamente, das respostas holísticas e deterministas às questões sociais, quer por intermédio do todo Estado, ou pela Mão invisível do mercado, as novas abordagens teóricas apostam numa revisão pragmática da teoria da ação, numa dinamização das "oficinas da razão prática "e, mais geralmente, poder-se-ia dizer numa "humanização das ciências humanas". (DOSSE, 2003, p.16)

O resultado foi a consolidação de propostas que incorporam a subjetividade e a cultura e a atualização ou remodelação de corpos teóricos já amplamente utilizados e que receberam roupagens diferenciadas nos últimos anos do século XX, no intuito de contemplarem em suas análises a história, a política e a cultura e com isso dando visibilidade aos atores sociais.

2.1 - A Concepção Fenomenológica de Educação

A Fenomenologia foi introduzida no campo do conhecimento científico pôr Edmund Husserl (1859-1938) com a obra ***Lógica Formal e Lógica Transcendental*** (1929) que subsidiou o curso que, apresentado na Sorbonne, foi denominado Introdução à Fenomenologia Transcendental. Em 1931, com o título ***Meditações Cartesianas***, o conteúdo desse curso foi publicado posteriormente,

> A fenomenologia de Husserl germinou durante a crise do subjetivismo e do irracionalismo (fim do século XIX, princípios do XX). Importará situar este pensamento na sua história, como ele próprio se situou (...). Foi **contra o psicologismo**, **contra o pragmatismo**, contra uma etapa do pensamento ocidental que a fenomenologia refletiu, buscou apoio, combateu. Começou por ser e continua sendo uma meditação acerca do conhecimento, um conhecimento do conhecimento; o célebre **por entre parêntesis.** (LYOTARD, 1986, p.55)

A Fenomenologia tem como preocupação central captar a essência do objeto em estudo para descrevê-la tal como é dada diretamente à consciência do cientista no decorrer do processo de conhecimento. Seu ponto de partida são os dados imediatos da consciência, o que lhe confere, segundo Lyotard, o seu estilo interrogativo, o seu radicalismo, o seu inacabamento essencial. Em Husserl, o fenômeno é considerado em sua pureza absoluta, como aparecimento em si mesmo, isto é, como a própria coisa simplesmente enquanto revelada à consciência.

A Fenomenologia investiga, desse modo, a própria coisa que se **percebe**, em que se **pensa**, de que se **fala**. Cabe ao cientista descrever o fenômeno tal como se apresenta. Esta abordagem privilegia o estudo do dado imediato, anterior a qualquer

tematização científica, buscando a **intencionalidade** deste dado para validá-lo. Trata-se de propor a consciência em um nível diferente do tradicional (que de certo modo absorve, ingere o mundo exterior), uma consciência que ***irrompe para o mundo,*** uma consciência em permanente relação com o mundo (LYOTARD,1986).

Portanto, os métodos objetivos que têm seus fundamentos nos modelos das ciências naturais, e que são utilizados pelas ciências sociais são rejeitados pelos fenomenólogos como inadequados, pois seria fundamental explicitar antes os variados modos como a consciência estabelece suas relações com o mundo. Ao longo dos anos essa concepção receberia valiosas contribuições de outros autores, destacando-se os estudos de MERLEAU-PONTY, HEIDEGGER, SARTRE, SCHULTZ, ROGERS e RICOEUR.

Pressupostos fundamentais:

- A participação do sujeito;
- A construção do significado ou significação;
- A crença na capacidade transformadora do indivíduo;
- A valorização da experiência vivida, das práticas cotidianas dos agentes, como atores do processo sócio-educativo. Há uma ênfase na interpretação subjetiva, dando margem ao surgimento de uma racionalidade distinta daquela proposta pelo Positivismo, e que está direta e proporcionalmente relacionada às experiências vivenciadas pelo ator social.

No campo da Sociologia a abordagem fenomenológica ganhou espaço na segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 70 no decorrer dos debates sobre a crise dos paradigmas.

As pesquisas e seus resultados – as análises da sociedade e das questões político-sociais – propostas tanto pelo Positivismo como pelas correntes que lhe são tributárias, ou pelo Materialismo Dialético e seus incontáveis matizes, não eram capazes de oferecer explicações abrangentes e convincentes para a crise maior que sacudia os fundamentos da própria sociedade, que entrava em uma nova fase expressada por diferentes

linguagens e conflitos. A Fenomenologia surge então como abordagem "alternativa" no campo das ciências sociais.

> Uma consequência importante do aparecimento de uma "nova" Sociologia foi o reexame ou revisão das suposições, da metodologia e da natureza do trabalho sociológico. A base desses reexames foi a questão na significação entre os fenômenos naturais ou físicos e os fenômenos sociais, o "mundo" natural ou físico e o "mundo" sócio-cultural. (SMART, 1978:96)

As objeções dos fenomenólogos em relação aos positivistas e/ou funcionalistas recaíam sobre a aceitação acrítica dos modelos das ciências naturais ou biológicas em suas análises da sociedade humana, postulando a indistinção qualitativa entre os fenômenos sociais e os naturais. O sociólogo estuda um mundo constituído de significados e não pode abdicar desses significados em suas análises e interpretações para verdadeiramente dar conta dos processos que lhe são imanentes.

O mundo social deve ser analisado como produto da atividade humana, da interpretação e intenção, como um mundo **subjetivo**, onde a percepção do mundo como real se dá como processo e práticas em que a *externalização* e *objetificação* ocorrem principalmente através da linguagem, daí a valorização das descrições, das conversações e da fala. O mundo social é tratado como um mundo linguístico e cognitivo, e a tarefa da Sociologia deve ser a de descrever os processos pelos quais ele é construído, por meio de exposições, leituras, entendimentos e processos interpretativos (SMART, 1978:97).

Em resumo, para a Fenomenologia o fundamental é a interpretação da vida cotidiana, em razão de que ela se constitui na fonte dos significados sociais que são produto da relação dialética entre o sujeito (perceptivo e atuante) e o objeto, a matéria prima da pesquisa sociológica. Essa abordagem pode assumir denominações diferentes dentro do campo educacional, mas todas elas são relativamente próximas e/ou complementares, tais como:

1. **Fenomenologia da Percepção** (Merleau-Ponty). "*O que sabemos do mundo, mesmo cientificamente, só podemos fazê-lo a partir de nossas experiências do mundo, sem as quais nem a própria ciência poderia se posicionar".* Há ênfase na experiência do indivíduo como ***ser no mundo,*** e com sua participação, significá-lo e transformá-lo. Aplicadas à Pedagogia, essas ideias contribuíram para uma atenção especial às concepções de mundo dos alunos.

2. **Fenomenologia Existencialista** (Sartre) Ênfase à própria existência do indivíduo, destacando o ***estar no mundo*** o seu ***existir*** em sua espontaneidade radical.
3. **Pedagogia Experiência** (Schultz) Originada na Sociologia, esta abordagem se constitui numa crítica radical ao ideal de objetividade do Positivismo aplicado nas pesquisas que subsidiavam os estudos da sociedade. No campo propriamente educacional sua ênfase está dirigida ao cotidiano dos alunos, ao contexto histórico da vida social ao processo complexo das relações interpessoais e grupais. A partir desse enfoque será possível compreender e interpretar o sentido das ações sociais dos atores envolvidos em múltiplas rotinas da vida social e que constituem o seu existir.
4. **Psicopedagogia,** processo educativo é concebido tendo como pressuposto a relação mantida pelo sujeito com um universo social indivisível. Esse enfoque interdisciplinar abrangendo a Psicologia, a Sociologia, a Pedagogia e outras ciências afins, tem grande utilização em pesquisas em educação. A obra de K. ROGERS valoriza uma pedagogia centrada no aluno e que busca criar situações de liberdade que permitam a experiência e a aprendizagem, onde o professor deve sempre buscar a autenticidade e a empatia para com seus alunos.

2.2 - Breve Introdução ao Holismo

O Holismo surgiu no decorrer das primeiras décadas do século XX como proposta de explicação teórica no campo da Física. Após os avanços propiciados pelas descobertas de Einstein com a Teoria da Relatividade, o Universo passou a ser estudado por vários autores como uma totalidade indivisa em *holomovimento*, onde cada parte está no todo e o todo está em cada parte. Suas partes são eventos interconectados que para serem compreendidos adequadamente é preciso considerar o movimento cósmico como uma totalidade.

2.2.1 Os princípios da TOTALIDADE e do AUTO-CONHECIMENTO

a) **Princípio da Totalidade** – cada aspecto do Universo constitui uma totalidade, um todo, um SER completo que faz parte de um outro SER mais abrangente.

b) **Princípio do Autoconhecimento:** cada aspecto do Universo contém o código de informações sobre o todo do qual faz parte.

Esses princípios estão ligados a uma perspectiva multidimensional, através da qual a totalidade universal deve ser analisada sempre em seus vários níveis ou planos: o pessoal, o comunitário, o social, o planetário e o cósmico.

A educação do ponto de vista dessa corrente concebe o ser humano como um SER TOTAL – corpo, intelecto, sentimento e espírito. Portanto, a ação pedagógica deve estimular o desenvolvimento harmonioso dessas dimensões da totalidade: o físico, o intelectual o emocional e o espiritual. Para alcançar esse objetivo deve promover o autoconhecimento, a liberdade, a sensibilidade, a socialização, a justiça e a paz e assim desenvolver uma consciência mais abrangente no homem como parte do Universo, uma cidadania cósmica.

Nessa proposta para a educação destacam-se alguns pressupostos básicos, e a meu ver, cabe a Edgar Morin[2] o desenvolvimento essencial (e a sua divulgação) de seu aporte teórico em obras como *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, onde afirma que "é necessário introduzir e desenvolver na educação o estudo das características cerebrais, mentais, culturais dos conhecimentos humanos, de seus processos e modalidades, das disposições tanto psíquicas quanto culturais que o conduzem ao erro ou à ilusão".

1 Todo aluno é um SER INTELIGENTE;
2 O intelecto, a sensação, a intuição e o sentimento são vias de acesso ao conhecimento, e por isso devem ser considerados como caminhos válidos para construí-lo.
3 A visão holística da realidade implica sempre numa visão transdisciplinar. O enfoque setorizado e fragmentado da grade curricular dos cursos convencionais deve ser superado;
4 O processo de ensino-aprendizagem deve proporcionar a mudança interior do indivíduo visando construí-lo como SER TOTAL;

[2] Outras obras do mesmo autor sobre o tema: MORIN, Edgar. O Método 3. O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2005. ; _____ . A Religação dos Saberes. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

5 O progresso científico não tem um fim em si mesmo e nem deve visar prioritariamente a acumulação do grande capital. Deve visar a felicidade do indivíduo na comunidade humana, planetária e cósmica.

5.1 Proposta transdisciplinar ou ecocêntrica de educação

- Propiciar a aquisição do saber científico estabelecendo pontes entre a Ciência, a Filosofia, as Artes, as tradições culturais e espirituais que possibilitem formular novas respostas aos desafios da sociedade atual;
- Resgatar a motivação sócio pedagógica do prazer do conhecimento como um processo de autodescoberta;
- Desenvolver a autodisciplina do educando, fundamentada na paixão pela sabedoria do autoconhecimento;
- Estimular o cultivo pessoal dos valores universais – amor, compaixão, compreensão, harmonia, verdade, entre outros – mediante o contato com as tradições espirituais;
- Desenvolver uma consciência ética no aluno, fundada no respeito ‘as diferenças e livre do dogmatismo e do sectarismo;
- Priorizar em seus aspectos teórico-práticos, uma postura socializante de cooperação entre os alunos, como valor mais significativo do que a competição;
- Contribuir para o desenvolvimento da cidadania cósmica dos educandos, despertando a necessidade urgente de uma *Consciência Ecológica Global* que inclua a humanidade e todos os seres que o habitam a Terra e o Universo, bem como todas os recursos naturais, como fundamentais para uma vida feliz e plena.

2.3– Introdução à teoria Funcionalista

2.3.1 - **O modelo funcional**

O Funcionalismo surgiu na primeira metade do século XX diretamente vinculado ao Positivismo, do qual é o herdeiro dos principais pressupostos teóricos a respeito da ciência e do método de abordagem da realidade. Como o Positivismo se mostrava incapaz de oferecer explicações consistentes, seus instrumentos de pesquisa sofreram mudanças e aperfeiçoamentos capazes de dar conta dos graves problemas surgidos após a crise econômica mundial de 1929. A sofisticação teórica envolveu a utilização de análises quantitativas

baseadas em fórmulas matemáticas mais eficientes em esclarecer principalmente a questão econômica e propor soluções aos impasses surgidos com a crise que sacudiu o capitalismo internacional.

Tendo sido introduzido inicialmente nas pesquisas da Ciências Exatas e Naturais, o Funcionalismo rapidamente ganhou espaço nas análises das Ciências Sociais, e foi na Psicologia e na Economia que seus modelos interpretativos ganharam sofisticação, realce e credibilidade, num momento em que toda a sociedade ansiava por respostas ditas científicas para os problemas causados pela depressão econômica (1929) que afetavam seriamente a vida emocional e a própria sobrevivência das pessoas. Não demorou muito para que as demais Ciências Sociais e entre elas a Antropologia e a Sociologia, aprofundassem também seus instrumentos de pesquisa seguindo a tendência histórica de expansão e renovação do conhecimento científico.

> O termo **funcionalismo** tem pelo menos dois sentidos e dois usos em ciências sociais. Num deles, exprime uma atitude diante dos fatos sociais baseada no princípio filosófico segundo o qual tudo o que existe numa dada sociedade tem um sentido, um significado. No outro, diz respeito a uma postura substantiva, expressando a ideia de que tudo o que existe numa sociedade contribui para seu funcionamento equilibrado – para manter o sistema social em operação – isto é, o funcionalismo pode expressar uma atitude diante dos fatos sociais, referindo-se somente ao fato de eles devem ser vistos em termos do sistema no qual têm origem e operam; ou a teoria de acordo com a qual tudo o que ocorre num sistema social contribui necessariamente para a sua manutenção e equilíbrio. Neste caso, o funcionalismo confunde-se com uma teoria do equilíbrio social, evitando estudar ou posicionar-se ante as tenções, conflitos e contradições que todas as sociedades humanas exibem em níveis e domínios diferenciados. Essa acepção do funcionalismo0 como doutrina do equilíbrio e do consenso é **frequentemente** tomada como exclusiva – o que é um exagero – como tudo o que essa perspectiva é capaz de delimitar enquanto metodologia e teoria social. (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p.503)

2.3.2 Função e estrutura social

a) Os vários sentidos do termo ***"função"***

- Cargo ocupado por uma pessoa
- Tarefas desempenhadas pelo indivíduo numa organização
- Significado "matemático": x = f (y)
- Significado "biológico": atividade de cada órgão ou aparelho do corpo considerando sua contribuição para a subsistência do conjunto.

- Funções ***manifestas e*** funções ***latentes***: a primeira refere-se àquelas consequências objetivas para uma unidade especificada (pessoa, subgrupo, sistema social ou cultural) a qual contribui para seu ajustamento ou adaptação e assim é intencionada; a segunda se refere às consequências não intencionadas e não reconhecidas da mesma ordem. (MERTON, 1970, p.130)

b) Conceituação de "*estrutura social":* corresponde sempre a uma construção teórica, a uma realidade que precisa ser inferida a partir das regularidades observáveis no processo social;

- "Emprega-se o termo "estrutura" para designar, por oposição a uma simples combinação de elementos, um todo constituído por fenômenos solidários, tais que cada um depende dos outros e só pode ser o que é na e pela sua relação com eles. Esta ideia é o centro daquilo que se chama também teoria das formas". (LALANDE, 1993:347)
- "Existe estrutura (no seu aspecto mais geral) quando os elementos se reúnem numa totalidade e quando as propriedades dos elementos dependem inteira ou parcialmente das características da totalidade. " (PIAGET, 1976, p.65)

2.3.3 Princípios ou pressupostos básicos do funcionalismo:

Segundo MERTON, "como todos os esquemas interpretativos, a análise funcional depende de uma tríplice aliança entre a teoria, o método e os dados". Destacamos os princípios fundamentais sobre os quais se apoia a forma de pensar do discurso funcionalista:

01. **Princípio da Funcionalidade ou Operacionalidade**: o sistema ou a estrutura é algo que funciona, ou seja, é dinâmico, estando em operação;

02. **Princípio da Diferenciação**: o sistema ou estrutura é composto por um conjunto de partes diferenciadas, pois cada uma desenvolve funções específicas;

03. **Princípio da Interdependência**: Ainda que diferenciadas entre si, as partes se interdependem, ou seja, funcionam em conjunto e, não isoladamente;

04. **Princípio da Integração**: a interdependência das partes contribui à formação de um todo harmônico, integrado, razão pela qual o sistema tende ao equilíbrio;

05. **Princípio da Auto Regulação**: quando uma das partes entra em disfunção, as funções reguladoras do sistema entram automaticamente em ação, tendo em vista reconduzi-lo novamente ao equilíbrio;

06. **Princípio de Manutenção**: os sistemas, independentemente de suas partes individuais, persistem e por isso tendem a se manter no tempo. As próprias funções reguladoras do sistema, como no caso das normas sociais, por exemplo, contribuem para a manutenção do sistema;

07. **Princípio da Neutralidade**: os cientistas devem manter uma neutralidade axiológica diante do objeto de estudo. Assim, ao abster-se das ideias pré-concebidas, os cientistas devem separar os juízos de valor dos juízos de realidade, se concentrando apenas nesses últimos;

08. **Princípio do Probabilismo**: as conclusões inferidas via trabalho científico devem alcançar apenas a **validade do provável**, não são, portanto, conhecimento absoluto, mas **provavelmente certos** obtidos via comprovação científica por meio da observação empírica controlada cientificamente.

2.3.4 – Teoria Funcionalista de Educação

Para os Funcionalistas, a educação constitui um fato social, cuja função é exercida pela Escola. Os funcionalistas consideram também a educação como um canal de acesso a um “status” social mais privilegiado, visando atender as reais exigências do mercado de trabalho. Portanto, a educação

deverá estar sincronizada com as reais necessidades do mundo do trabalho, visando atender o processo de desenvolvimento científico e tecnológico da Sociedade. Se a educação não estiver em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho, então ela está disfuncional em relação ao sistema, necessitando de mecanismos de autorregulação, mediante a aplicação de instrumentos de política educacional.

Assim, a Pedagogia Funcional ou Funcionalista também visa uma **função corretiva**, reconhecida como um tratamento pedagógico por meio do qual e depois de um **diagnóstico setorial** no campo da educação, se procura detectar as causas das deficiências do sistema, com a finalidade de se intervir na realidade educacional através de um Projeto Pedagógico pragmático, tendo em vista eliminar as distorções das partes disfuncionais do Sistema Educacional entre o que é obtido e aquilo que verdadeiramente se espera alcançar, ou seja, entre as funções imprevistas e as funções pretendidas pelo Sistema.

2.3.5 – A crítica à concepção funcional da educação[3]

De acordo com TORRES (1992), para os funcionalistas a função é consequência da ação social e pode ser observada e favorece a adaptação e/ou o ajuste de um sistema e sua reprodução. Quais seriam essas funções?

a) Funções:

- **Acadêmica:** socialização; reprodução cultural; construções efetivas que permitem o desenvolvimento das operações lógico-concretas;
- **Distributiva:** a escola como instituição de seleção social (status socioeconômico = status educativo); a origem do planejamento educativo da igualdade social.
- **Econômica:** a preparação dos indivíduos para o mundo do trabalho. Aquisição de habilidades, destrezas e conhecimentos específicos para o desempenho profissional ou ocupacional.

[3] TORRES, Carlos Alberto. Sociologia Política da Educação. São Paulo: CORTEZ, 1992.

- **Política:** o desenvolvimento da convivência social. Hábitos, valores e tolerância mútua. Há o reforço à democracia liberal, à produção de elites estratégicas e à civilização das massas.

Torres afirma que a pesquisa funcionalista elege alguns temas como mais importantes em detrimento de análises críticas do sistema como um todo:

- A escola e sua função social na adscrição dos status e papéis sociais dos educandos; a análise das diferenças sociais;
- O papel do professor: desempenho e qualificação;
- Desempenho acadêmico/ coeficiente de inteligência;
- Estudos de mobilidade e desigualdade social

c) Críticas:

- Não há discussão sobre as origens da escola, porque a escola tem a função de seleção e designação de funções e papéis;
- A ideia de que a escola e suas funções são as mesmas desde sempre;
- A ilusão da unidade da escola. A escola não é suficientemente pluralista nem está suficientemente unificada. Existem redes de escolarização que são fechadas, que não permitem acesso de uma para a outra. São heterogêneas nos seus conteúdos ideológicos e nas suas práticas educativas diferenciadas. Escolas de elite x Escolas de massa.
- Os sujeitos já trazem posições sociais diferenciadas para a escola, que são reforçadas pelos laços estabelecidos internamente.
- O funcionalismo não leva em conta o papel do Estado e a dinâmica da economia na determinação dos resultados educativos.

2.4 – As teorias Crítico-Reprodutivistas

As teorias **Crítico-Reprodutivistas** da educação ou simplesmente teoria da **Reprodução Social,** abrangem as contribuições teóricas que analisam as relações da educação com o mercado de trabalho, com o poder, com a ideologia e a cultura. Criticam as imposições do capitalismo como um todo e em especial, as suas manifestações de suporte ideológico, identificadas no âmbito das proposições teóricas funcionalistas, que se propõem explicar os processos educacionais. Para esses autores, se a escola tinha em sua origem

uma função equalizadora, acabou assumindo ao longo do processo de evolução capitalista, posições cada vez mais discriminadoras e repressoras, tornando evidente seu papel essencial para o sistema, qual seja o de reprodução dos padrões de desigualdade social vigente na sociedade, servindo de suporte a esse sistema econômico.

As bases originárias das teorias **Crítico-Reprodutivistas** são as seguintes:

- a crítica marxista ou o neomarxismo (GRAMSCI; ALTHUSSER)
- o pensamento neodurkheimiano associado a uma visão dos processos político-econômicos ligados diretamente a educação (BOURDIEU e PASSERON; S. BOWLES e H. GINTIS, M. CARNOY e H. LEVIN)
- a crítica cultural a influência dos processos econômicos na educação (M. APPLE)

a) Bourdieu e a teoria da violência simbólica

Inicialmente é preciso lembrar que as análises de BOURDIEU foram feitas em conjunto com JEAN-CLAUDE PASSERON, fruto de pesquisas tendo como objeto o sistema de ensino francês nas décadas de 60/70 do século XX. O ponto de partida é: toda sociedade estrutura-se como um sistema de relações de força material entre grupos ou classes. O sistema simbólico fundamenta-se na base dessa força material, é sua expressão imaterial e tem como papel reforçá-la, dissimulando seus efeitos nocivos, tornando aceitável (e até mesmo oferecendo justificação) a desigualdade que caracteriza as relações sociais entre as classes e/ou grupos sob o sistema capitalista.

- **Axioma Fundamental ou Proposição Zero**
  Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU e PASSERON,1982, p.19)

- Toda **ação pedagógica (AP**) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural.

- A **AP** é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação). (BOURDIEU e PASSERON, 1982:20-21)

Segundo essa concepção, o sistema de ensino é definido como um tipo específico de violência simbólica a partir da sua **Ação Pedagógica**, sustentada pela da **Autoridade Pedagógica** e diretamente exercida pelo trabalho pedagógico. Para entender a teoria da **Reprodução Social** é preciso ter em mente alguns conceitos fundamentais, como: violência simbólica, capital social, capital cultural, habitus, reprodução social e cultural.

- Os **"sistemas simbólicos",** como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados.
- O **poder simbólico** é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o **conformismo lógico**, quer dizer, **"uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências".** (Grifos do autor. BOURDIEU,1989, p.9)
- O poder simbólico como poder de constituir [...] de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for **reconhecido,** quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU,1989, p.14)

O poder simbólico se exerce na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença.

- O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 1989, 15)
- O conceito de **HABITUS**: o habitus como indica palavra, é um conhecimento adquirido e também um **haver,** um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) [...] o habitus indica a disposição incorporada, quase postural [...] Eu desejava pôr em evidência as capacidades "criadoras", ativas do habitus e do agente (que a palavra habitus não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este pode gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana [...] (BOURDIEU,1989,p.61)
- O **HABITUS** é essa estruturação entre a razão, ou racionalidade ou raciocínio e realidade material. O habitus é o que nos permite ajustar-nos, através da linguagem, entre a nossa percepção das coisas e as coisas como elas são. Entre os nossos âmbitos de possibilidade como sujeitos e nossa realidade material. Entre a estrutura e a história – a história individual, a história familiar, a história coletiva – e a estrutura onde essa história toma lugar. É esse habitus o que nos permite praticamente designar as classes sociais como classes diferenciais. (TORRES,1997, p.67)
- **Capital social** é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de Interreconhecimento ou em outros termos, a vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observado, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p.67)
- **Capital cultural** a noção de capital cultural envolve a noção de habitus, representa a somatória de todos os elementos que utilizamos para viver, corresponde a forma específica como incorporamos e utilizamos a linguagem criando um estilo próprio. A linguagem é o outro elemento

essencial do capital cultural. Segundo Bourdieu, o capital cultural pode existir sob três formas: no estado **incorporado**, no estado **objetivado** e no estado **institucionalizado.** (BOURDIEU,1998, p. 73)

→→**O estado Incorporado:** a maior parte das propriedades do capital cultural pode inferir-se do fato de que, em seu estado fundamental, *está ligado ao corpo e pressupõe sua incorporação.* A acumulação do capital cultural exige uma *incorporação* que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido *pessoalmente* pelo investidor [...] sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do "sujeito" sobre si mesmo (fala-se em "cultivar-se") (BOURDIEU,1998, p.74)

→→**O estado Objetivado:** o capital cultural no estado objetivado detém um certo número de propriedades que se definem apenas em sua relação com o capital cultural em sua forma incorporada. O capital cultural é objetivado em suportes materiais, tais como escritos, pinturas, monumentos, etc., é transmissível em sua materialidade. [...] Assim, os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural. (BOURDIEU,1998, p.77)

→→**O estado Institucionalizado:** a objetivação do capital cultural sob a forma do diploma é um dos modos de neutralizar certas propriedades devidas ao fato de que, estando incorporado, ele tem os mesmos limites biológicos de seu suporte. [...] Ao conferir ao capital cultural possuído por determinado agente um reconhecimento institucional, o certificado escolar permite, além disso, a comparação entre os diplomados [...]; permite também estabelecer taxas de convertibilidade entre capital cultural e capital econômico, garantindo o valor em dinheiro de determinado capital escolar. (BOURDIEU,1998, p.79)

Pedagogia Tradicional **<u>Concepção de sociedade:</u>** **É harmoniosa, tendendo à integração de seus membros. A mudança social é conceituada em caráter evolutivo e os aspectos competitivos ou conflituosos são minimizados pela busca do consenso ou conciliação.** **<u>Concepção de educação:</u>** **É conceituada como força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração dos indivíduos no corpo social.** **TEORIAS** **NÃO - CRÍTICAS** • **Escola tradicional (aprender)** • **Escola nova (aprender a aprender)** • **Escola tecnicista (aprender a fazer)**	**Pedagogia Crítico-Reprodutivistas** **<u>Concepção de sociedade:</u>** **É marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção da vida material. O consenso pode ocorrer, mas a luta de classes é o fator preponderante das mudanças sociais.** **<u>Concepção de educação:</u>** **É entendida como dependente da estrutura geradora da desigualdade social, e cumpre a função de reforçá-la e legitimá-la. É um instrumento de reprodução da desigualdade.** **TEORIAS CRÍTICO-** **REPRODUTIVISTAS** • **Teorias do sistema de ensino enquanto violência simbólica. (Bourdieu e Passeron)** • **Teorias do sistema de ensino enquanto aparelho ideológico do Estado. (Althusser)** • **Teoria da escola dualista. (Baudelot; Establet;**

REFERÊNCIAS

APPLE, M. ***E ducação e Poder.*** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOURDIEU, P. e PASSERON,J.C. A Reprodução. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves,1982.

BOURDIEU, P. ***O Poder Simbólico***. Lisboa/Portugal: DIFEL, 1989

CAMBI, F. ***História da Pedagogia.*** São Paulo: UNESP, 1999.

CHAUÍ, M. ***Convite à Filosofia.*** São Paulo: Ática, 2002.

DOSSE, F. ***O Imperio do Sentido. A humanização das Ciencias Humanas.*** Bauru/SP: EDUSC, 2003.

_____ . ***História e Ciências Sociais.*** Bauru/SP: EDUSC, 2004***.***

FORGHIERI,Y.C. ***Psicopedagogia Fenomenológica.*** São Paulo: Pioneira,1993.

GIDDENS, A. ; TURNER, J. (Orgs.) ***Teoria Social Hoje.*** São Paulo: UNESP, 1999.

GILES, T. R. ***História do Existencialismo e da Fenomenologia.*** São Paulo: EPU, 1989.

HUISMAN, D. ***Dicionário dos Filósofos.*** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUSSERL, E**. *A Idéia da Fenomenologia.*** Lisboa: Edições 70, 2000.

LYOTARD, J.F. ***A Fenomenologia.*** Lisboa: Edições 70, 1986.

MORIN, E. ***Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro.*** São Paulo: Cortez, 2000.

_____ . ***O Método 3. O conhecimento do conhecimento.*** Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____ . ***A Religação dos Saberes. O desafio do século XXI.*** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

NOBRE, M. ***A Teoria Crítica.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NOGUEIRA, M. A e CATANI, A**.** (Orgs.) ***PIERRE BOURDIEU. Escritos de Educação.*** Petrópolis/RJ: VOZES,1998.

TORRES, C.A. ***Sociologia Política da Educação***. São Paulo: CORTEZ, 1997.

SAVIANI, D. ***Escola e Democracia.*** **São Paulo: Cortez, 1985.**

SMART, B. ***Sociologia, Fenomenologia e Análise Marxista.*** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.